

# A pobreza no Porto: representações sociais e práticas institucionais

Isabel Baptista\*

Heloísa Perista\*\*

Ana Luzia Reis\*\*\*

*Resumo:* Este texto resulta de um trabalho mais amplo desenvolvido pelo CESIS, por solicitação da REAPN, intitulado "A Percepção Subjectiva da Pobreza pelos Actores Sociais-Institucionais Locais na Cidade do Porto" (no prelo).

Partindo das representações sociais dominantes sobre diferentes dimensões da pobreza, pretendeu-se identificar e caracterizar as práticas institucionais dirigidas à sua prevenção e combate.

A pertinência de uma perspectiva territorializada de análise dos fenómenos do empobrecimento e da exclusão social em meio urbano veio a revelar-se enriquecedora.

## 1. Enquadramento teórico e metodológico

Fenómeno multifacetado e problema eminentemente humano, a pobreza não se reduz à sua expressão objectiva, antes comporta uma **dimensão subjectiva** que é impossível ignorar.

Num país onde parece existir uma noção extrema de pobreza, onde predomina uma pobreza persistente, onde os próprios pobres se caracterizam, entre outros aspectos, pela fraca consciência da sua situação de pobreza, afigura-se extremamente importante conhecer a percepção que os não pobres têm da existência (ou inexistência) da pobreza.

Neste âmbito, optou-se por uma abordagem parcial - conscientemente assumida - que se traduz na focalização desta pesquisa sobre a dimensão subjectiva dos fenómenos de pobreza, num contexto exclusivamente urbano e em relação a um grupo específico de actores sociais: os não

---

\* Antropóloga, investigadora no CESIS - Centro de Estudos para a Intervenção Social.

\*\* Socióloga, investigadora no CESIS - Centro de Estudos para a Intervenção Social.

\*\*\* Socióloga, investigadora na REAPN - Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal.

pobres e, dentro destes, aos actores sociais-institucionais com responsabilidades ao nível da intervenção social na cidade do Porto.

A esta sucessiva **restrição do objecto de estudo** não corresponde qualquer pressuposto de se considerar este tipo de percepções mais válidas do que aquelas que resultam das representações dos actores pobres ou dos actores não pobres, na sua globalidade; ela deriva sim dos **objectivos** a que inicialmente nos propusémos: uma dupla perspectiva de articulação de um melhor conhecimento de dimensões normalmente pouco conhecidas do fenómeno da pobreza com a possibilidade de, através dos conhecimentos assim adquiridos, alimentar as dinâmicas já existentes nas instituições, com responsabilidades ao nível da intervenção local, pelo confronto com os resultados obtidos por uma abordagem inovadora.

Em termos teóricos, a adopção do conceito de **representações sociais** numa abordagem compreensiva do fenómeno do empobrecimento revela-se fundamental na medida em que, da imagem que os actores sociais-institucionais têm do fenómeno da pobreza (seus actores, sua evolução, suas causas, ...), pode depender a adopção de diferentes estratégias de intervenção e formas de as pôr em prática.

Representações sociais que, segundo Moscovici (1988), constituem “uma forma de conhecimento social (...) imagens que condensam um conjunto de significações; sistemas de referência que nos permitem interpretar o que se passa, ou seja, dar um sentido ao imprevisto; categorias que servem para classificar as circunstâncias, os fenómenos, os indivíduos com os quais nos relacionamos; teorias que permitem preceituar sobre eles”.

Com efeito, as representações sociais são muito mais do que meros enunciados sobre a realidade, são “teorias sociais práticas sobre objectos relevantes na vida dos grupos. Enquanto teorias, são organizações de crenças, atitudes e explicações; enquanto teorias práticas, são organizadores de acção; enquanto teorias sociais, são produzidas no quadro das comunicações quotidianas suscitadas pelas identidades sociais” (Vala, 1993a).

Pré-condições para as atitudes e pré-requisitos para a acção, as representações sociais constituem um processo de construção da realidade, revestindo-se de uma funcionalidade e eficácia sociais específicas: elas são formadoras e orientadoras das comunicações e dos comportamentos (cf. Moscovici, 1961, cit. in Vala, 1993b).

Este carácter de funcionalidade leva Jorge Vala (1993b) a propôr o conceito de “ancoragem”, como um dos processos de formação e funcionamento das representações sociais. Ou seja, complementariamente a um processo de “objectivação”, através do qual “no senso comum, as

palavras e os conceitos são transformados em coisas, em realidades exteriores aos indivíduos”, a “ancoragem” radica em “um sistema de classificação, explicação e avaliação de pessoas e acontecimentos”, organizador de comportamentos e práticas sociais.

Graças à pluralidade das clivagens socio-económicas, bem como dos quadros de referência em termos de normas e valores, um mesmo objecto pode ser, também ele, alvo de uma pluralidade de representações.

Representações essas que, como se viu, vão induzir um determinado discurso sobre o real e uma determinada prática em relação ao mesmo.

Este é um processo particularmente evidente em áreas como a intervenção social: “o trabalho social é um dos raros campos profissionais em que a representação funciona como instrumento de trabalho (...) a representação social está no cerne da prática profissional, porque o sujeito da relação (o outro, o cliente, o utente, o aluno) é também o objecto do trabalho” (Martin e Royer-Rostoll, 1990). Ou seja, do tipo de representação que o trabalhador social tem da população com a qual trabalha podem decorrer diferentes comportamentos profissionais, naturalmente, com diferentes resultados.

Face à pluralidade e diversidade das representações sociais poder-se-á, tal como o faz Vala (1993b), colocar a hipótese de que, “por um lado, e ao nível da sua determinação, as representações se estruturam de acordo com as estratégias grupais, e de que, por outro, ao nível da sua funcionalidade, as representações servem e justificam comportamentos e avaliações”.

A representação social funcionará também como mecanismo produtor de identidade: “sem representação de si na esfera pública, no sentido mais lato do termo, não se existe. Muito simplesmente, não se tem identidade, nem para si, nem para os outros. Não se é nada, e isto é o que sucede frequentemente aos mais pobres” (Heuré, 1991).

Só quando uma parte das pessoas são encaradas e reconhecidas como pobres pelo resto da sociedade a pobreza ganha visibilidade e “existência” social, tornando-se objecto de um discurso político.

Os discursos sobre a pobreza, por mais diferentes que sejam, desempenham sempre, segundo a expressão de Heuré (1990), uma função-“espelho”, ou seja, eles revelam a imagem que a sociedade tem de si própria.

Por outro lado, e na medida em que os pobres não dispõem geralmente dos meios para se fazer ouvir<sup>1</sup>, “a imagem dos pobres é a imagem que a sociedade tem deles” (Grell e Wéry, 1980).

A representação da pobreza será, pois, e antes de mais, as imagens que a sociedade exterior aos pobres tem deles, a forma como os percebe

e designa. Esta noção conterà, porém, simultaneamente, outros aspectos essenciais para a definição do seu conteúdo: por um lado, os diferentes mecanismos através dos quais os pobres entram no espaço público, participando nele ou sendo dele excluídos; por outro, as representações que os pobres fazem de si próprios e da sociedade que os rodeia (cf. Perrot, 1991).

Estas diferentes dimensões da representação da pobreza não são, de modo algum, estanques entre si; pelo contrário, e como bem o demonstra Brébant (1984), verifica-se uma forte interpenetração entre, por exemplo, a representação que outrém faz do pobre e a representação que este faz de si: “se a miséria não é um estado vergonhoso, ela pode vir a sê-lo logo que um certo olhar exprimindo a piedade, a repulsa, a rejeição, a compaixão se encontra pousado sobre ela (...) a vergonha torna presente (ao pobre) uma imagem de si que este recusa, porque ela o torna inferior face ao outro, mas que simultaneamente não se pode impedir de reconhecer porque «é assim que o outro o vê»”.

Dá que “é pobre, ou torna-se pobre, aquele que se sente pobre” (Stoleru, 1977), mas também “é pobre aquele que os outros consideram pobre” (Jean-Paul Sartre, cit. in Stoleru, 1977).

Está-se, assim, perante um **conceito subjectivo de pobreza**, que “traduz o modo como cada um ajuíza do grau (suficiente ou não) em que as respectivas necessidades se encontram satisfeitas” (Bruto da Costa, 1984), quer face às suas experiências passadas, aspirações e expectativas, quer por comparação com os outros ou com a sociedade em geral.

Este sentimento de ser pobre pode não corresponder a uma situação de pobreza de facto, envolvendo, contudo, em qualquer caso, um problema social real. No mesmo sentido, a eventual falta de consciência de ser pobre, longe de retirar realidade à pobreza, antes acrescenta uma dimensão adicional ao seu conteúdo.

Mas o conceito subjectivo da pobreza não serve apenas para se averiguar a avaliação que os próprios pobres fazem da respectiva situação: ele serve “também para se analisar a percepção que as pessoas - os cidadãos em geral - têm da existência da pobreza na sociedade em que vivem, e o modo como qualificam o grau de severidade da pobreza existente. Destes aspectos depende a configuração da opinião pública acerca da pobreza, na qual (opinião pública) está um dos factores que pode acelerar ou frenar o processo de erradicação da pobreza numa sociedade” (Bruto da Costa, 1984).

Com efeito, já o Relatório Final do 1º Programa de Luta Contra a Pobreza (Comissão das Comunidades Europeias, 1981, cit. in Bruto da Costa e Silva, 1985) realçava a importância das atitudes dos não pobres

e a sua ignorância acerca da pobreza enquanto obstáculos à viabilidade e ao êxito das políticas de combate à pobreza.

O conceito subjectivo de pobreza assenta, pois, nas percepções pessoais, familiares ou de grupo relativamente às situações concretas de vida dos próprios ou de outrém. Deste modo, “enquanto no caso das abordagens «objectivas»<sup>2</sup> a influência dos julgamentos subjectivos na definição de necessidades e dos limiares de pobreza é inevitável (embora não desejada), os métodos «subjectivos» são intencionalmente baseados nas opiniões e julgamentos dos próprios pobres ou da opinião pública (a sociedade no seu conjunto)” (Bruto da Costa, 1992, documento ainda não publicado).

Em consequência da especificidade da temática abordada e do universo estudado, tornou-se indispensável um certo **pluralismo metodológico** que permitisse preservar a riqueza e a diversidade resultantes de uma análise das representações da pobreza pelos actores sociais-institucionais e, ao mesmo tempo, salientar a importância estatística com que ocorrem determinado tipo de representações. Neste sentido, optou-se por uma integração de diferentes técnicas (análise de frequências, análise de conteúdo e grupos de discussão) que, na nossa opinião, melhor garantiriam a necessária confluência de perspectivas que a especificidade do objecto de estudo claramente impunha.

Procedeu-se, assim, numa primeira fase, a um recenseamento exaustivo das instituições existentes na cidade do Porto, integradas numa das seguintes categorias:

- instituições particulares de solidariedade social (IPSS)<sup>3</sup>;
- organizações sindicais (ao nível de confederação);
- autarquias;
- serviços oficiais no âmbito da acção e segurança social;
- paróquias;
- outras instituições cuja natureza justificou a sua inclusão, mas que não se enquadram em nenhuma das categorias acima referidas.

A partir deste recenseamento foram identificadas todas as instituições locais com capacidade de intervenção social na cidade do Porto, num total de 157. Neste universo foram efectivamente inquiridas, através da realização de entrevistas com carácter semi-directivo, 124 indivíduos, em representação das respectivas instituições; todos eles ocupam lugares de direcção, em termos técnicos ou de gestão.

## 2. Pensar os pobres na cidade do Porto

### 2.1. Perfis de evolução da pobreza em meio urbano

Uma das constatações mais evidentes e mais generalizadas entre os entrevistados é a percepção de uma pobreza que se tem **agravado** e que tem adquirido **novos contornos** nos últimos anos.

Cerca de 60% dos entrevistados considera que no Porto, e em relação ao que se passava há 10 anos atrás, existem mais pobres actualmente; uma maioria ainda mais significativa (82%) considera que, na nossa sociedade, os ricos são cada vez mais ricos, e os pobres cada vez mais pobres.

Por outro lado, cerca de 74% dos entrevistados afirma que os pobres de hoje são, na sua maioria, pessoas que ou sempre foram pobres (37%), ou já estiveram em melhor situação (37%).

Dos cerca de 60% de inquiridos que considera haver actualmente mais pobres, cerca de 50% atribui essa situação a um declínio recente e não a uma “pobreza herdada”; à maior intensidade do fenómeno corresponderá uma variação dos grupos atingidos, já que apenas 33% dos entrevistados considera que estes grupos são hoje os mesmos que eram há 10 anos atrás.

Entre os tipos de pessoas mais referidos pelos entrevistados como pobres, ressaltam de imediato os **idosos** (cerca de 60% dos inquiridos reconhece este grupo como pobre).

Da percepção dos actores sobre os novos grupos mais atingidos pela pobreza, é de salientar o peso dos alcoólicos, dos toxicodependentes e dos desempregados, bem como a emergência de um grupo, que não havia sido pré-codificado e que os entrevistados designaram como a classe média.

Esta **evolução dos grupos** mais atingidos pelo fenómeno da pobreza, tal como os actores institucionais a representam, permite-nos afirmar que o agravamento da situação, nos últimos anos, se traduz não apenas em mudanças quantitativas, mas também numa clara mudança qualitativa, em termos da emergência de novos grupos sociais, também eles agora atingidos pelo alastrar da pobreza. De referir igualmente uma ligação estreita entre os grupos-alvo preferenciais de actuação de alguns dos tipos de instituições contactadas (por exemplo, as IPSS) e uma percepção mais aguda desses mesmos grupos como os mais carenciados.

Os **idosos** e as **crianças** são os dois grupos mais referidos nos relatos feitos pelos entrevistados sobre situações concretas de que tivessem conhecimento o que, se por um lado, pode ser explicado pela natureza das

funções de muitas das instituições entrevistadas (nomeadamente no grupo das IPSS), por outro lado, assume particular relevância por se tratar dos dois únicos grupos que não são alvo de responsabilização própria pela situação em que vivem, constituindo pelo contrário **grupos-vítima**.

Finalmente, pode sem dúvida afirmar-se que é ao longo destes relatos de situações concretas que mais frequentemente é possível identificar uma culpabilização do próprio sujeito pela sua situação de pobreza, **culpabilização** afinal **latente**, e que facilmente transparece num tipo de discurso verbal mais fluido e mais despreocupado (o contar uma história), face a outro tipo de questões que mais directamente interrogam: “Pobre, porquê?”.

*“Ele trabalhava no SCTP. Pede indemnização, fica desempregado, perdendo regalias, como seja os transportes, verba ainda considerável. Toda esta situação é gerada por um problema de alcoolismo. A mulher é uma pessoa pouco activa. Espera da sociedade que esta lhe assegure a sua subsistência. O casal tem duas filhas, pouco activas, que actualmente têm subsídio de desemprego, depois de terem estado há pouco empregadas.”*

*“Temos uma empregada que pode ter pouco dinheiro, mas prefere gastá-lo no café que com os filhos.”*

A situação dos diferentes grupos atingidos pela pobreza suscita igualmente considerações interessantes relativamente à sua correlação com a persistência do fenómeno, permitindo-nos identificar grupos aos quais os entrevistados associam uma pobreza que, ou se reproduz sucessivamente ou, pelo contrário, emerge de uma degradação da sua situação. Neste sentido, as mulheres, os mendigos, os alcoólicos e toxicodependentes e as pessoas sem qualificação surgem claramente associados a situações de reprodução do ciclo de pobreza face a grupos como as crianças e os jovens, os desempregados, os trabalhadores com emprego precário ou os sem-abrigo, cuja percepção, por parte dos actores institucionais, os identifica como grupos cuja situação se deteriorou, mais do que se reproduziu.

*“Uma rapariga de 35 anos, extremamente envelhecida, alcoólica crónica, de uma família de alcoólicos, sempre mal amada. Teve um primeiro companheiro de quem teve dois filhos, dos quais só uma está com ela”.*

*“São quatro pessoas. O marido está desempregado, não tem a quarta classe, veio de fora do Porto. A mulher é muito doente, frágil fisicamente.*

*Têm dois filhos, um sofre de uma doença renal, o outro é asmático. Vivem numa casa com infiltração de esgotos. O marido de vez em quando trabalhava, por isso, tinha direito ao fundo de desemprego. Este mês foi-lhe cortado.”*

Verifica-se ainda que, na maioria dos casos, existe uma forte correlação entre as situações de pobreza descritas e contextos de desestruturação familiar que provocam ou agravam a situação de pobreza vivida, quer em termos materiais, quer de apoio afectivo.

Existe assim uma certa **caracterização das famílias pobres** onde se torna evidente a quebra dos laços familiares, a precaridade do *habitat*, a existência de problemas de saúde ou de dependência de determinados “vícios” (alcohol, droga, jogo) e o recurso a fontes de rendimento ilícitas.

À percepção da evolução do número de pessoas pobres na cidade do Porto não é igualmente indiferente o **tipo de explicação** atribuída pelos entrevistados para a emergência e persistência destas situações. Entre aqueles que consideram ter havido um agravamento da situação, a maior parte tende para uma atribuição de responsabilidades que não culpabiliza os pobres<sup>4</sup> ou que depende mesmo de factores da conjuntura recente ou da estrutura da própria sociedade. Entre os poucos que consideram haver menos pobres actualmente, a maior parte culpabiliza os próprios, havendo assim uma clara desresponsabilização a nível estrutural e societal.

Particularmente interessante é, por outro lado, a **relação existente entre a percepção da evolução da pobreza na cidade do Porto e o maior ou menor contacto dos entrevistados com situações concretas de pobreza** (as autarquias e as paróquias são as instituições que maior contacto directo mantêm com as condições reais de existência dos pobres, o que não será de estranhar dado o âmbito de actuação mais local destas instituições e a sua consequente maior ligação ao meio), nomeadamente no que se refere a uma maior capacidade de identificar e de pormenorizar dentro da globalidade das múltiplas situações de pobreza por parte daqueles que afirmam ter um maior contacto directo com as condições de vida dos pobres.

À medida que o contacto aumenta, é evidente uma maior capacidade em distinguir diferentes níveis de pobreza, fugindo a uma representação homogénea do próprio fenómeno e daqueles que por ele são afectados (do conjunto de entrevistados que refere existir miséria na cidade do Porto, 75% tem um contacto directo frequente e daqueles que afirmam que, na maioria dos casos, se está perante situações de risco de empobrecimento, mais de 75% tem igualmente um contacto directo e frequente com a pobreza).

Finalmente, uma referência muito particular à situação dos **mendigos e dos sem-abrigo**, duas situações-limite de marginalização e que são praticamente invisíveis na percepção dos actores sobre a pobreza na cidade do Porto.

Porém, esta invisibilidade não se traduz numa homogeneização da percepção sobre estes dois grupos, nomeadamente no que se refere às principais causas que os entrevistados apontam para a existência de cada uma das situações. A existência de uma sociedade injusta e a falta de orientação dos próprios pobres constituem as principais causas mencionadas para a existência de mendicidade, enquanto que para os sem-abrigo são referidas a preguiça, a injustiça da sociedade, a falta de orientação e os problemas de emprego.

Ser mendigo parece pois remeter para uma inevitabilidade de quem não tem capacidade para ser outra coisa sem ajuda alheia, enquanto a situação dos sem-abrigo suscita uma culpabilização evidente do próprio (preguiça) ou problemas de natureza conjuntural/estrutural (emprego).

## **2.2. Da percepção das causas da pobreza à percepção das condições necessárias a uma vida condigna**

Em termos mais latos, explicações de natureza estrutural ou conjuntural (problemas de emprego e baixos salários) são identificadas como as principais **causas** responsáveis pela existência de situações de pobreza; explicações de ordem individualista (os pobres não se sabem orientar) são também frequentes. Em contrapartida, assiste-se a uma discordância generalizada com a atribuição de causas de natureza fatalista, ou seja, imputáveis ao destino ou à sorte.

É de salientar que os problemas de emprego e os baixos salários se encontram amplamente difundidos enquanto causa identificada por uma maioria significativa dos entrevistados, não sendo sequer afectados pela predominância de diferentes tipos de explicação (individualista, fatalista ou conjuntural/estrutural), o que reforça a ideia de que se trata de uma realidade cuja evidência se sobrepõe a este tipo de influências.

Ao mesmo tempo, a **origem e a instabilidade dos rendimentos** auferidos constitui um **elemento de distinção entre pobres e não pobres** e parece justificar a precariedade do rendimento familiar, criando situações frequentes de ruptura. A constatação de uma economia informal que funciona “eficazmente”, recrutando a sua mão-de-obra junto das camadas mais desfavorecidas e criando uma instabilidade permanente, parece fomentar a vulnerabilidade à própria pobreza.

Existe, contudo, uma diferença fundamental em termos de valorização dessa instabilidade em função da origem dos rendimentos, ou seja, uma “desculpabilização” dos pobres que, por falta de instrução ou preparação profissional, são obrigados a engrossar as fileiras dessa mão-de-obra precária e sem protecção social, mas no âmbito de actividades “legítimas” e, aqueles outros que se dedicam a actividades negativamente conotadas pelo seu carácter marginal, como seja o roubo, a prostituição e o tráfico de droga, relativamente aos quais se torna evidente uma culpabilização dos próprios.

*“Há muito desemprego e alguns a viver do subsídio de desemprego; mas quem anda nos «biscates», não tem nenhum subsídio. Tenho a certeza que o mercado de S. Sebastião é que colmata algumas brechas... para não haver fome. Lá toda a gente se conhece”.*

*“Há muito dinheiro a circular na Sé, mas que passa nas pessoas sem servir para melhorar o nível de vida, por exemplo, através da droga. A melhoria não é ao nível básico, é de roupa e outras coisas do género (...) Crianças que até vestem bem estão cheias de fome à segunda-feira”.*

No que se refere às principais **razões** identificadas pelos entrevistados para a existência deste tipo de situações é dado particular relevo a processos de reprodução do fenómeno, já que a primeira razão mais referida foi exactamente o nascer e o crescer num ambiente de pobreza e privação, seguida do desemprego - que surge também aqui como um dos factores responsáveis - e do alcoolismo e da toxicod dependência.

Nascer pobre, crescer e viver em ambiente de privação constituem fortes condicionantes à reprodução de uma situação de pobreza a que os indivíduos dificilmente conseguem escapar, tanto mais que, aliada à insuficiência de recursos, se verifica uma dificuldade de encarar o futuro e de definir objectivos que orientem uma estratégia e alimentem expectativas. A pobreza parece implicar uma **forma específica de apropriação do tempo** que impede a emergência de uma perspectiva de futuro, restringindo-se a um presente com o qual se é forçado a viver e, por vezes, a um passado de referência de uma vida melhor. A situação grave de carências diversas vivida por estes indivíduos e famílias parece **dificultar a construção de projectos** e a assunção de si mesmos como principais **protagonistas** de processos de mudança.

*“Quando se chega à situação de pobre, há já um sem número de problemas a afectar (...) Se não se ganham hábitos de orientação, também não se pode*

*ter. A necessidade de um pai modelo, de uma mãe que dê afectividade e equilíbrio emocional - como é que mais tarde eles os poderão dar? (...) É a questão do estigma da pobreza que se transporta de geração em geração”.*

Ao nível das **necessidades** cuja satisfação foi considerada **fundamental** para que se possa usufruir de um nível de vida aceitável, os entrevistados revelaram uma relativa homogeneidade de respostas em relação a um grupo significativo de alternativas que gozaram de opinião favorável. A grande maioria dos entrevistados (mais de 95%) referiu ser indispensável dispôr de uma casa com número de divisões necessárias e dotada de água e electricidade, ter uma alimentação equilibrada, o devido apoio social e na saúde, vestuário e calçado adequados e a possibilidade de manter relações de convivência social.

Paradoxalmente, porém, o **nível de rendimento** considerado necessário para que uma **família de quatro elementos** (pai, mãe e dois filhos menores) possa levar uma vida condigna é relativamente baixo. Com efeito, a grande maioria dos entrevistados referiu níveis de rendimento que se vieram a enquadrar nos dois escalões de rendimento inferiores (entre 90 e 150 contos - 39% e entre 151 e 200 contos - 35%).

Parece pois verificar-se uma certa incongruência face às respostas anteriores; ou seja, em termos da relação entre aquilo que se considera a que as pessoas têm direito e um nível mais concreto de quanto precisam para o obter. De realçar ainda a percentagem de não respostas, igualmente significativa desta dificuldade em passar do “direito” à “efectiva possibilidade”.

A percepção do nível de rendimento necessário parece ser influenciada pela variável género: as mulheres apresentam maior tendência para indicar níveis mais elevados de rendimento; a isto não será eventualmente estranho a sua maior - quando não exclusiva - responsabilidade na gestão do orçamento doméstico, o que propiciará uma maior consciência das necessidades dos agregados familiares e, sobretudo, de como as satisfazer.

### 2.3. Actores e estratégias na luta contra a pobreza

Se as representações sociais podem influenciar as estratégias institucionais de luta contra a pobreza, torna-se essencial considerar as percepções dos actores sociais-institucionais sobre diferentes dimensões de intervenção nesse domínio: as prioridades a definir em termos de políticas globais de combate à pobreza; as entidades consideradas competentes para resolver o problema; a avaliação da actuação das diferentes entida-

des com responsabilidades a este nível; o modo como as instituições representadas perspectivam o seu papel, no futuro, ao nível da luta contra a pobreza e a exclusão social.

No que respeita às **medidas de política prioritárias** no combate à pobreza, verificou-se uma clara adesão dos entrevistados a uma intervenção no domínio do emprego e dos rendimentos, referida por mais de 50% dos mesmos, seguida da educação/formação e da habitação. De realçar, a pouca importância atribuída a medidas prioritárias nas áreas da saúde e da política social, o que denota ou uma menor sensibilização das instituições relativamente a duas áreas igualmente primordiais na resolução da pobreza, ou uma consciência de tal forma aguda da existência de graves problemas, nas áreas mais referidas, que faz passar para um plano secundário a saúde e a política social.

Concomitantemente, a insistência na resolução dos problemas do emprego e da falta de rendimentos (aliás anteriormente referidos como principal razão para a existência de pessoas pobres), torna a evidenciar-se quando os entrevistados priorizam a luta contra o desemprego (80%) e a luta contra a pobreza (73%), face a questões consideradas menos urgentes (só 28% e 40%, respectivamente, considera muito importante a ajuda aos países pobres e a redução das diferenças entre as regiões do país).

Relacionada com esta relativa desvalorização do problema das diferenças regionais poderá estar uma **percepção fundamentalmente urbana** do fenómeno da pobreza. Esta imagem sobrepôs-se de forma clara a considerações a nível das mobilidades campo-cidade e suas consequências, as quais, só muito esporadicamente fizeram a sua aparição. Nestes casos elas surgiram invariavelmente relacionadas com uma diminuição do nível de vida dos recém-chegados à Cidade e com o desenraizamento e desintegração que os atinge, relegando-os para áreas degradadas da Cidade e para uma relação difícil com um modo de vida profundamente diferente do que deixaram.

Em termos da **atribuição de competências** para a resolução do problema da pobreza, os entrevistados tenderam claramente para responsabilizar o Governo/autarquias (82%) e os cidadãos em geral (71%). A União Europeia e os “ricos” foram aqueles que menor consenso conseguiram reunir sobre a competência para agir sobre este problema.

Também em termos da **avaliação** que é feita da actuação das instituições com responsabilidades na luta contra a pobreza, é possível verificar, desde logo, a existência de uma larga maioria (mais de 80%) que considera não ser suficiente a actuação do Governo; por outro lado, o desempenho das instituições locais e regionais é igualmente avaliado de forma predominantemente negativa (por 60% dos entrevistados).

No que se refere ao modo como as instituições representadas perspectivam o seu **papel, no futuro, ao nível do combate à pobreza e à exclusão social**, foi possível constatar que a sua preocupação fundamental reside na intensificação dos serviços/apoios actualmente existentes e, em segundo lugar, na possibilidade de diversificar o leque dos seus serviços para uma melhor adequação às necessidades dos seus utentes.

Neste sentido, foi possível constatar, ao longo das entrevistas, uma quase exclusiva actuação das instituições ao nível da resolução pontual de situações mais ou menos graves em termos da satisfação das necessidades básicas, em detrimento de estratégias de erradicação das causas da pobreza a nível estrutural.

*“Uma família muito complicada (...) As condições de habitabilidade são tenebrosas (uma lixeira); os miúdos vêm frequentemente sujos, com infecções (...) O Centro tentou uma reunião com o Tribunal de Menores e o Centro Regional. Determinou-se uma desinfestação da casa que a mãe aceitou. Posteriormente, o Centro Regional envia limpadores de uma empresa de desinfestação que a mãe recusa, inviabilizando o apoio cedido. Esta recusa já tem acontecido relativamente a comida cedido.”*

Ao mesmo tempo, verifica-se uma satisfação generalizada da própria instituição com o tipo de intervenção e de assistência por ela prestada; no entanto, multiplicam-se as referências à falta de condições (materiais e humanas) para o desenvolvimento do trabalho efectuado.

Por outro lado, até nos casos em que se regista uma nítida consciência de se ter uma actuação que apenas funciona como mero paliativo, mantém-se uma forte auto-responsabilização na luta contra a pobreza - mesmo que tal não represente mais do que “uma gota no oceano” e as verdadeiras responsabilidades e possibilidades de actuação se situem a um outro nível claramente superior, o Estado.

*“Temos um papel importante. Nunca dizemos que não. A nossa instituição não resolve os problemas, ajuda a minorá-los.”*

*“É importante que se tenha encarado e admitido que existe pobreza e encontrado políticas de combate à pobreza. As medidas de fundo ainda não foram tomadas. O excesso de liberalização da sociedade leva a pensar que o mercado resolve todos os problemas. Isto leva à reprodução das desigualdades sociais. Não há articulação das diferentes políticas com a política de luta contra a pobreza.”*

Sendo esta tendência a que se revela mais significativa ( reforçar ou alterar serviços), parece ter cabimento afirmar que a percepção dos actores sobre os modos de combater a pobreza se situa num modelo que privilegia uma intervenção baseada na prestação de serviços dirigidos a grupos sociais específicos. A confirmar esta hipótese, não será alheio o facto de 90% das instituições não referir a necessidade de haver “participação dos pobres”, encarados na maior parte dos casos como objecto de medidas e de programas definidos e implementados para uma determinada categoria de indivíduos; por outro lado, 79% dos entrevistados não manifestaram qualquer preocupação com uma intervenção articulada “inter” instituições.

Ainda ao nível da definição de prioridades no combate à pobreza, uma análise de discursos livremente produzidos permitiu detectar duas principais tendências: uma de natureza **paliativa** (integrada numa perspectiva assistencialista) e outra, de carácter **preventivo** (direccionada para uma intervenção articulada entre várias medidas e instituições, inerentes a uma política social global), sendo esta última a que acolhe o maior consenso entre os entrevistados.

Curioso será notar que as medidas de ordem paliativa são frequentemente preconizadas pelos entrevistados com menos de 39 anos, facto que não deixa de ser surpreendente; poder-se-ia pressupor que as medidas de tipo paliativo estariam mais associadas a uma visão tradicionalista/assistencialista da intervenção social e, por isso, mais fortemente associadas a uma população menos jovem.

#### **2.4. (Re)pensar a pobreza numa perspectiva territorial e institucional: o contributo dos grupos de discussão**

O recurso a esta técnica de observação e análise da realidade social pretendeu abrir perspectivas de interpretação simultaneamente diferenciadas e complementares às restantes técnicas aqui utilizadas, nomeadamente a análise estatística e a análise de conteúdo que incidiram sobre as entrevistas aos actores sociais-institucionais.

Através da realização dos três grupos de discussão em que estiveram presentes representantes dos diferentes tipos de instituições envolvidas nas entrevistas<sup>5</sup> (autarquias, paróquias e IPSS) pretendeu-se:

- envolver os actores sociais-institucionais no processo de investigação em curso através de um “feedback” dos resultados entretanto conseguidos e respectiva discussão;
- complementar a análise de conteúdo anteriormente realizada no que se refere à percepção subjectiva de um fenómeno, relativamente ao

qual os representantes das instituições contactadas desempenham um papel fundamental, em termos de intervenção.

Pode afirmar-se que ambos os objectivos foram satisfatoriamente cumpridos, sendo de realçar que o recurso a esta técnica como complemento à análise de conteúdo das entrevistas permitiu confirmar uma saturação do discurso em redor de temáticas já identificadas, com a particularidade de as contextualizar numa perspectiva territorial.

Por outro lado, o espaço de discussão aberto entre os intervenientes, através destas reuniões, foi importante pelo confronto de perspectivas diferenciadas/complementares e pela própria inter-divulgação das estratégias e dos objectivos das diversas instituições envolvidas.

À semelhança das tendências detectadas ao longo das entrevistas, a realização dos grupos de discussão reforçou a evidência de uma percepção de **agravamento** da pobreza urbana na cidade do Porto, nos últimos anos, situação essa atribuível, em grande medida, ao desemprego, ao tráfico e consumo de droga e ao baixo nível das reformas e pensões.

*“É esta indústria (...) que tem mão-de-obra de recrutamento local, fundamentalmente, refiro-me enfim, à (nome omitido), por exemplo, refiro-me à (nome omitido), por exemplo, empresas que nos últimos dois, três anos têm vindo progressivamente a diminuir, digamos o número de trabalhadores (...) toda a gente sabe que esta mão-de-obra dispensada é mão-de-obra dos 30-40 anos, que é aqui que os problemas se colocam de forma mais aguda. (...) mas o problema ali, pelas características de emprego local, como disse, estavam nessa empresa pai, mãe e filho e portanto é pai, mãe e filho que vêm para a rua, bom isto é gravíssimo.”*

*“A questão dos jovens é uma questão importante que tem a ver com os fenómenos da toxicodependência nos bairros de habitação social. Penso que é dramático que haja famílias inteiras que começam a viver da droga, ou seja, a droga começa a não ser só uma questão de consumo, mas entra também na própria economia familiar. E eu penso que isto se passa nas zonas mais degradadas da cidade, quer seja no centro histórico, quer seja nas freguesias periféricas.”*

*“Na nossa freguesia houve uma diminuição de 2000 pessoas na última década. Isto é muito! Por um lado a população sai e, por outro, não é renovada. O que é que acontece? Temos uma população muito envelhecida. E a pobreza aí manifesta-se porque de facto, as pensões são muito reduzidas e não há laços de solidariedade. Quando o idoso vive com a filha, com a família, a sua reforma até dá, mas se essa família lhe é retirada, acaba por*

*não dar e aí é uma situação muito mais grave. Uma forma de manter o centro histórico é fazer com que essas famílias não saiam do centro histórico.”*

A complexidade das situações de pobreza actualmente visíveis na cidade do Porto reflecte-se nomeadamente no que os representantes das instituições designaram “pobreza envergonhada”; relativamente a estas novas formas de pobreza, colocar-se-ão dificuldades acrescidas de intervenção, quer pela relutância dos próprios em aceitar ajuda, quer por se tratar de um fenómeno recente e em crescimento, de contornos ainda relativamente indefinidos.

*“A pobreza envergonhada é bem mais complicada, no sentido em que nós, técnicos, temos muita dificuldade em lá chegar. Trabalhar com a pobreza assumida é relativamente simples, porque a gente vai dando alguma coisa e as pessoas agradecem ou não, no momento, ainda que depois, se possa ver muito pouco acerca dos resultados desta intervenção. Mas digamos que, socialmente, é possível gerir isso.”*

*“Penso que é fundamental pensarmos todos de que forma podemos afinar estratégias e metodologias de intervenção relativamente ao fenómeno, que cada vez é mais esguio, que cada vez está a adquirir novos contornos. A ideia que tínhamos da pobreza há 5 ou 10 anos atrás já não corresponde à realidade. Penso que toda a gente sente que estamos perante um fenómeno dinâmico, extremamente dinâmico.”*

Esta distinção entre “pobreza envergonhada” e “pobreza assumida” recobre uma **oposição territorial** nítida entre, por um lado, os bairros periféricos e, por outro, o centro histórico da cidade do Porto.

A análise do discurso produzido pelos participantes nos três grupos de discussão realizados veio introduzir uma nova perspectiva de abordagem do fenómeno da pobreza no Porto: a percepção por parte dos actores institucionais de uma especificidade dos espaços locais, da sua evolução, das suas características e das formas de intervenção a que estes são submetidos.

A percepção da pobreza na cidade do Porto revelou-se mais como um fenómeno fragmentado em realidades sócio-espaciais territorialmente bem definidas do que como uma realidade urbana homogénea, não obstante a clara identificação de dimensões de natureza supralocal evidentes (problemas da habitação, do desemprego, da toxicodependência, entre outros).

A percepção deste tipo de construção “fragmentária” da realidade prende-se, não apenas com a existência de características/problemas específicos em diferentes áreas geográficas da Cidade, mas também com o reconhecimento pelos outros dessas diferenças, ou seja, com a imagem exterior dessa especificidade, muitas vezes, aliás, insuficientemente ilustrativa da realidade vivida, na opinião dos actores institucionais.

*“Parece-me que nos últimos anos tem havido um discurso de miserabilização das zonas históricas. E parece de algum modo excessivo, não só ao nível do discurso, mas depois ao nível das medidas institucionais que são tomadas. (...) As freguesias periféricas têm de algum modo fugido a este discurso de que aí há pobreza, aí há problemas. Ora, na verdade, e sobretudo nos últimos dois, três anos, as situações têm-se revelado de forma evidente, digo até dramática.”*

*“Nestas zonas ditas periféricas há uma agravante: é que o pobre sente-se mais pobre e interioriza a sua noção de pobreza mais facilmente, quando digamos, ao lado, tem a comparação de quem não é pobre.”*

O processo de construção destas identidades locais surge no discurso produzido como um processo dinâmico, resultante de uma evolução da estrutura urbana e respectivas transformações sócio-espaciais e culminando num conjunto de características e de especificidades próprias, positiva ou negativamente valorizadas.

*“O bairro S. João de Deus tem uma história na cidade do Porto. É um dos muitos bairros camarários onde, quando foi construída uma das fases, talvez em 65 ou 68, houve um conjunto de lotes que ficou vazio para serem ocupados pelas pessoas que se portassem mal nos outros bairros. Foi considerado o bairro castigo, daí o nome de «bairro Tarrafal» do Porto e, embora hoje já esteja diluído o nome, mantém-se o bairro dos indesejáveis. Muitas pessoas que procuram emprego, não dão morada certa, dão a morada de familiares de fora do bairro.”*

As mobilidades (voluntárias ou compulsivas) no interior da malha urbana parecem constituir motivo de descontentamento entre os actores sociais institucionais e, inclusivamente, de algum atrito entre diferentes freguesias. O agravamento dos problemas sociais em determinadas áreas da cidade é resultado ao resultado de estratégias de intervenção desenvolvidas noutras áreas cuja maior visibilidade em termos do “olhar exterior” e, consequentemente, da projecção da imagem da própria cidade justificou tal intervenção.

*“Para além desta pobreza há a pobreza transferida, como eu lhe chamo, ou seja, a pobreza que tem sido transferida por via da implantação de bairros de habitação social, nesta zona da Cidade, a partir dos anos 60. Habitação social que não tem tido, é preciso reconhecê-lo uma política de realojamento adequada. São os bairros de habitação social que têm sido construídos em Lordelo, em Paranhos, em Ramalde, em Aldoar, na Campanhã, enfim... Essas pessoas têm sido justamente transferidas do centro histórico e comercial (...) Dá-me a ideia que ultimamente se tem estado a branquear, quer pela transferência de pessoas, quer pelo batalhão de medidas de natureza social, as zonas históricas, eventualmente com intuitos de natureza turística.”*

Surge aqui um evidente confronto entre a zona histórica do Porto e as áreas periféricas, cujos problemas não só apresentam características diferenciadas mas, sobretudo, mobilizam recursos apontados como profundamente desiguais.

O acentuar, nos últimos anos, de um esforço de preservação da identidade e dos modos de vida do Porto histórico, através da apropriação de um discurso próprio, de práticas de intervenção e de investimentos evidentes viria a dar uma visibilidade acrescida aos fenómenos de pobreza nesta área da cidade, criando descontentamentos face à situação vivida noutras freguesias, notando-se ao longo dos grupos de discussão uma tentativa de ver reconhecida, também nessas áreas, a especificidade dos problemas vividos e, sobretudo, a maior gravidade dos mesmos e a consequente maior necessidade de intervenção.

A pobreza e os seus actores são assim como que apropriados pelas próprias instituições que tentam mostrar a especificidade do seu território de intervenção, no sentido de conseguir o reconhecimento e os apoios ao seu trabalho.

Foi, por outro lado, possível identificar duas perspectivas diferentes relativamente às **formas de actuação** das instituições: uma claramente assistencial e de cariz voluntário e uma mais profissionalizante que privilegia, pelo menos ao nível do discurso, a prevenção de situações que possam estar na origem dos fenómenos de pobreza. Num ou noutro caso, trata-se invariavelmente de respostas de âmbito puramente local, o que decorre do tipo de instituições em causa.

*“Nós dávamos dinheiro a essas pessoas para pagar o aluguer e para outras coisas, mas começámos a constatar que, na maioria dos casos, acabava-se o dinheiro sem se saber como. Então começámos a apreciar a situação de cada família e damos um vale de 7.500\$000 em mercearia e eles levam um*

*cartãozinho igual a este, com o nome, entregam ao merceeiro que lhes dá o que precisam e desconta no cartão.”*

*“No Viso, a população é maioritariamente jovem o que criou a necessidade de fazer um projecto de intervenção destinado aos jovens daquela zona (...) O que acontecia ali com os jovens era que tinham baixa escolaridade, não tinham formação profissional, mas, entretanto, começavam a trabalhar muito cedo. Só que depois, chegando a uma certa idade em que as pessoas já precisavam de ter outro tipo de emprego, outras necessidades, querem-se casar ... era difícil arranjar um bom emprego. Daí que a nossa preocupação foi a criação de cursos de alfabetização e de formação profissional.”*

Assistenciais ou preventivas, a concretização das diferentes actividades desenvolvidas pelas instituições depara-se com múltiplas condicionantes atribuídas a factores tão diversos como a falta de recursos materiais e humanos, a resistência da própria população-alvo, a falta de informação actualizada sobre as áreas e as populações a abranger, a falta de cooperação inter-institucional e a dificuldade de garantir a continuidade dos projectos, por motivos de natureza política.

A **falta de recursos** materiais e humanos é uma referência constante ao longo dos vários grupos de discussão, que assume proporções tanto mais graves, quanto os técnicos e outros colaboradores se encontram frequentemente perante situações de enorme complexidade e que lhes exigem uma capacidade e uma disponibilidade que ultrapassa o mero cumprimento do seu papel profissional. Simultaneamente, verifica-se que os actores não sentem o reconhecimento da dificuldade da sua tarefa, o que poderá ter implicações graves ao nível da qualidade do seu trabalho.

*“Houve uma altura em que pus uma funcionária a ajudar a limpar a casa de uma idosa, que não imaginam, nem é possível descrever. A idosa esteve num vão de uma escada porque não consegui arranjar um lar onde essa senhora de 87 anos fosse internada 2 ou 3 dias (...) Ora se o hospital não a quer, os lares não a querem, se somos nós, deveria haver um apoio diferente. Mais pessoal que cobrisse noites e fins de semana. Não é uma funcionária que ganha o ordenado mínimo nacional que vai ter de enfrentar estas situações.”*

*“Não se pode pedir a uma boa educadora, a um bom médico, a um bom assistente social, a um bom psicólogo, a um bom sociólogo, que trabalhem por uma míngua.”*

A eficaz concretização das acções de intervenção institucional depende não só das disponibilidades de recursos mas igualmente de dois outros factores: a dificuldade de conciliação entre o tempo necessário à concretização de projectos integrados de intervenção, exigindo uma continuidade, e os tempos políticos; a existência de obstáculos concretos à cooperação inter-institucional.

*“Quando entra um novo executivo ou novos executivos municipais, se mudam as direcções gerais, ou o centro regional, parece que o trabalho aparece sempre feito de novo, como se nada existisse antes”.*

A falta de **cooperação inter-institucional** é provavelmente um dos temas que melhor ilustra o “fosso” entre formas de intervenção desejadas e a realidade da prática institucional. Com efeito, foi possível identificar ao longo de todas as reuniões realizadas, a clara consciencialização da necessidade de implementar estratégias de intervenção coordenadas e articuladas entre diferentes instituições e níveis de actuação, que contudo se deparam, na prática, com inúmeras dificuldades e obstáculos.

*“Eu acho que devemos intervir todos, seja a nível institucional, seja a nível pessoal, seja a nível colectivo. Penso que todos temos responsabilidades nisto. A partir da colectividade e por aí acima até ao Governo central. Agora o que eu acho no meio disto tudo, é que há uma demissão de toda a gente, porque teoricamente há respostas para tudo, só que na prática a gente não tem essas respostas.”*

À identificação destes condicionalismos encontra-se subjacente a questão da atribuição de competências e de responsabilidades, em termos de actuação no domínio da luta contra a pobreza. A este nível, surgem como aspectos dominantes: a atribuição clara de responsabilidades ao Estado e avaliação crítica da sua actuação; a valorização de um nível local de intervenção e consequente reivindicação de uma maior atribuição de competências /recursos às instituições de âmbito local.

*“Ou o Estado assume o seu papel e então toma a seu cargo toda a realidade, ou então se ele acha que está numa função supletiva, tem que dar os apoios às instituições privadas, de uma forma muito mais correcta.”*

*“Penso que é importante potencializar o trabalho das autarquias locais, passar-lhes competências, porque há certas autarquias locais que poderão rentabilizar as próprias políticas sociais emanadas pelo poder central. Eu*

*penso que deve ser dado maior poder às freguesias, nomeadamente às freguesias dos centros urbanos.”*

Uma vez mais se confirma que, para a grande maioria dos actores sociais-institucionais entrevistados (84%), a actuação do Governo é insuficiente; tornam-se agora mais claros os motivos desse tipo de avaliação e, sobretudo, a existência de alternativas consideradas viáveis, desejáveis e claramente mais adaptadas à natureza dos problemas a enfrentar. Alternativas essas que passam pelas instituições locais, mais próximas das populações e dos seus problemas, e portanto melhor capacitadas para uma intervenção no domínio da luta contra a pobreza e a exclusão social.

### **3. Reflexões finais**

Impõem-se algumas considerações finais, de natureza mais problematizante, resultantes de uma análise crítica de algumas das principais conclusões propiciadas por esta pesquisa.

Uma contradição de base passível de alguma reflexão por parte dos investigadores e dos actores sociais-institucionais diz respeito à participação dos pobres enquanto actores da sua própria mudança face à consciência da complexidade do problema e à natureza das estratégias de intervenção defendidas. Como conciliar a necessidade de privilegiar uma perspectiva de intervenção de cariz preventivo com uma subrepresentação evidente da necessidade de envolver os pobres nas próprias acções com vista à erradicação do fenómeno? Até que ponto não poderá entender-se esta ausência como uma resistência à adopção efectiva de medidas de cariz preventivo, confirmando aliás a imagem de os pobres serem indivíduos que “não se sabem orientar” e cuja percepção do tempo inviabiliza a construção de projectos e a possibilidade de se assumirem como actores da sua própria mudança?

A culpabilização dos pobres pela sua própria situação, latente ao longo do discurso dos entrevistados e, muito particularmente, na descrição de casos concretos, embora contrariada pela capacidade de, a um nível mais abstracto, os entrevistados identificarem causas de natureza conjuntural/estrutural contribui igualmente para uma melhor compreensão daquele tipo de contradições. Com efeito, parece estarmos perante uma situação em que os entrevistados confundem os próprios efeitos da pobreza sobre os indivíduos, efeitos que se acumulam e se auto-agravam ao longo do tempo, impedindo-os de, nomeadamente, assumirem responsabilidades e protagonizarem o seu próprio processo de reinserção social com caracte-

rísticas que, *a priori*, seriam inerentes aos pobres e os distinguiriam dos não-pobres.

Estas contradições que ressaltam frequentemente da passagem, em termos de discurso, de um nível mais concreto e observável para considerações de carácter mais abstracto, é igualmente evidente na relação paradoxal identificada entre as necessidades cuja satisfação os entrevistados consideram como sendo um direito de todas as pessoas e o nível de rendimento concreto necessário para as satisfazer. Não será esta contradição resultado, uma vez mais, de uma perspectiva de que o pobre é fundamentalmente diferente e como tal, é fácil afirmar que todos devemos ter direito a satisfazer determinadas necessidades básicas, mas uns têm mais obrigação do que outros de o fazer com menos dinheiro?

Contradição também, mas agora sobretudo em termos de ausência, é aquela que se refere à subrepresentação das áreas da saúde e da política social como domínios prioritários de intervenção. No caso da saúde, estamos perante uma área cuja importância se torna evidente face ao reconhecimento de esta (a falta desta) constituir um dos principais problemas dos indivíduos em situação de pobreza, constituindo mesmo frequentemente um dos factores desencadeadores da passagem de uma situação de risco para uma situação de pobreza efectiva. Já no que se refere à ausência manifesta de referências à política social, esta não deixa de suscitar alguma surpresa na medida em que foram entrevistados representantes de instituições cujas acções, embora de âmbito local, não dispensam o devido enquadramento em termos de política social global, sem a qual não será possível sair de um nível de actuação paliativo/assistencial.

Esta subvalorização do papel da política social em termos das representações dos actores sociais-institucionais é tanto mais grave quanto se verifica existirem mesmo aquilo que se poderá designar por efeitos perversos dessas mesmas políticas. Com efeito, a cristalização verificada ao nível das políticas sociais no que se refere às categorias definidas como população-alvo e à própria formação de base dos técnicos não é compatível com a evolução constante do fenómeno, com as suas mutações, com o aparecimento de novos grupos sociais atingidos e com a consequente exigência de respostas diferenciadas. Uma vez mais, verificamos que, embora exista, por parte das instituições, uma consciência clara da complexidade do fenómeno com que todos os dias se confrontam, bem como das dificuldades acrescidas de actuação derivadas precisamente dessa dinâmica e dos novos contornos de que se reveste a pobreza, não parece haver a consciência de que se está perante um processo que obedece a lógicas internas relativamente às quais é indispensável actuar,

independentemente da resolução pontual dos casos com que as instituições se defrontam no quotidiano.

Um último aspecto cuja análise nos parece indispensável refere-se à questão da territorialização da pobreza na cidade do Porto, ou seja, ao facto de que não existe, por parte dos actores, uma percepção homogénea da pobreza, mas sobretudo uma visão fragmentária da realidade social que, como vimos, se prendia com a existência de características/problemas específicos (e respectivas imagens) em diferentes áreas geográficas, o que nos permitiu identificar uma oposição nítida entre a zona histórica do Porto e as zonas periféricas. Mais do que explicitar as formas de que se reveste esta oposição, parece-nos particularmente importante questionarmos sobre até que ponto este tipo de representações e a existência destas dinâmicas conflituais não poderão constituir um efeito perverso das próprias acções-piloto que decorrem precisamente na zona histórica do Porto. Não se pretende com isto minorar a importância e os benefícios deste tipo de intervenções, mas apenas alertar para a necessidade das próprias acções-piloto, nomeadamente na sua vertente de avaliação, despistarem a ocorrência deste tipo de efeitos e tentar encontrar as melhores formas de os evitar ou resolver.

Pela natureza dos resultados que, ao longo deste relatório, foi possível apresentar e pelas interrogações e perspectivas que proporcionou, podemos seguramente concluir que a compreensão global do fenómeno da pobreza exige um esforço de investigação que ultrapassa o mero conhecimento das características objectivas do problema, para se situar igualmente ao nível das imagens e representações que atravessam toda a sociedade (pobres e não pobres, actores institucionais locais e governantes), representações essas que poderão funcionar como verdadeiros entraves à resolução do problema ou, pelo contrário, permitir evidenciar potencialidades de actuação insuspeitadas.

## Notas

1. Tal como afirma Pierre Bourdieu. “les classes dominées ne parlent pas, elles sont parlées” (cit, in Monteiro, 1988).
2. No âmbito das quais se encontra conceitos como os de pobreza absoluta e pobreza relativa.
3. A partir daqui será utilizada a sigla IPSS sempre que nos referirmos às Instituições Particulares de Solidariedade Social.
4. A classificação das explicações apresentadas pelos entrevistados de acordo com esta tipologia, resultou da análise de conteúdo das questões abertas, em que se verificou existir três grandes tipos de tendências explicativas: uma individualista culpabilizante em que o entrevistado referia explicitamente que “agora só não trabalha quem não

quer”; uma individualista não culpabilizante em que, por exemplo, se afirma que “se não se ganham hábitos de orientação, também não se pode ter”; uma conjuntural/estrutural em que a tónica é posta nos mecanismos sociais como, por exemplo, no caso dos idosos que “não conseguem fazer face à pobreza com um rendimento menor que o salário mínimo”.

5. Apenas não se encontram representadas as confederações sindicais por não se enquadrarem em nenhum dos grupos previstos; a sessão com os organismos oficiais não se realizou devido à ausência dos representantes dos serviços oficiais; tendo apenas comparecido a representante da Câmara Municipal do Porto, a concretização desta iniciativa ficou naturalmente inviabilizada.

## Referências bibliográficas

- ALMEIDA, João Ferreira et al. (1992), *Exclusão Social - Factores e Tipos de Pobreza em Portugal*, Oeiras, Celta Editora.
- BARTOLI, Henri (1981), “Le phénomène de la pauvreté dans l’économie marchande”, *Problèmes Economiques*, Jan, nº 1706, pp. 15-23.
- BONNAFE, Dominique (1990), *Eurobarometer - The Perception of Poverty in Europe*, Brussels, Commission of the European Communities.
- BREBANT, Brigitte (1984), *La Pauvreté, un destin?*, Paris, Ed. l’Harmattan.
- BROWN, Joan C. (1984), “La Pauvreté en Europe Occidentale - L’Autre Bout du Continuum”, *Mondes en Développement*, Tome 12, nº45, pp.91-104.
- CARDOSO, Ana (1993), *A outra face da cidade - Pobreza em bairros degradados de Lisboa*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa.
- CASTRO, Paula (1994), *Apresentação e Comparação Crítica de Três Tradições em Psicologia Social: Atitudes, Representações Sociais e Cognição Social* (Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica), Lisboa, ISCTE (policopiado).
- COSTA, Alfredo Bruto da (1984), “Conceito de Pobreza”, *Estudos de Economia*, vol. IV, nº 3, Abr-Jun, pp. 275-295.
- COSTA, Alfredo Bruto da; SILVA, Manuela (coord.) (1985), *A Pobreza em Portugal*, Lisboa, Cáritas Portuguesa.
- COSTA, Alfredo Bruto da (1992), *The paradox of poverty - Portugal 1980-1989*. Thesis for the degree of PHD of The University of Bath (no prelo).
- DE SCHREVEL, Michel (1984), “Diversité des Pauvretés, Diversités des Solutions?”, *Mondes en Développement*, Tome 12, nº 45, pp. 29-48.
- DONNISON, David (1988), “Defining and Measuring Poverty. A Reply to Stein Ringen”, *Journal of Social Policy*, vol.17, part 3, pp.367-374.
- DUBET, François e LAPEYRONNIE, Didier (1992), *Les quartiers d’exil*, Paris, Éditions du Seuil.
- GOUGUET, J. J. (1991), “Culture de Pauvreté et Représentation des Pauvres: Une Alternative Au Productivisme?”, *Démocratie et Pauvreté, Du Quatrième Ordre au Quart Monde*, Paris, Ed.Quart Monde Albin Michel, pp. 439-452..
- GRELL, P. et al (1980), “La Relativité du Concept de Pauvreté”, *Economie et Humanisme*, nº 254, pp. 21-33.
- GUERRA, Isabel (1992), “Comentários em Torno da Intervenção ao nível da Exclusão Social” *II Seminário sobre “A Pobreza - Mudança e Desenvolvimento”*, Lisboa, Comissariado Regional do Sul de Luta contra a Pobreza, pp. 197-222.
- GUITTON, Christophe (1991), “Représentations de la Pauvreté et Modes de (Re)présentation des Pauvres 1789-1989”. *Démocratie et Pauvreté du Quatrième Ordre au Quart Monde*, Paris, Ed. Quart Monde Albin Michel, pp. 471-485..

- HENDRICKSON, Robert M. et al (1985), "Notes on Policy and Practice. Middle-Class Attitudes Toward the Poor: Are They Changing?", *Social Service Review*, June, nº 2, Chicago, The University of Chicago Press, pp. 295-304.
- HEURÉ, Gilles (1990), "Le Miroir de la Pauvreté", *Espace Social Européen*, nº 71, Ed. Observatoire Européen de la Protection Sociale, pp. 25-27.
- HEURÉ, Gilles (1991), "Le Pauvre et ses Représentations", *Espace Social Européen*, nº 115, Ed. Observatoire Européen de la Protection Sociale, pp. 26-27.
- IBANEZ, Jesus (1983), "El Grupo de Discussion: Fundamentacion Metodologica, Justificacion Epistemologica y Descripcion Tecnologica" in *Curso de Formacion sobre Metodologia qualitativa de investigacion*, Las Palmas, Colectivo IOE.
- LEWIS, Oscar (1979), *Os filhos de Sanchez*, Lisboa, Moraes Editores.
- MAIA, Hortense et al (1992), *Para Um Estudo das Representações Sociais da Pobreza em Meio Urbano*, Lisboa, G.E.S. - Lab.Nacional de Engenharia Civil.
- MARTIN, Didier et al (1990), *Représentations Sociales et Pratiques Quotidiennes*, Paris, Editions de l'Harmattan.
- MERRIEN, François-Xavier (dir.) (1994), *Face à la Pauvreté*, Paris, Les Éditions de l'Atelier.
- MONCOMBLE, Françoise (1983), "Pauvreté. Marginalité et Espace Social", *Actions et Recherches Sociales*, nº 4, pp. 41-52.
- MONTEIRO, P.Filipe (1988), "Chez Eux, Chez Nous" *Actes du Colloque Tenu à la Tourette*, 13-15 Déc.1985, Paris, Ministère de la Culture et la Communication & Centre Thomas More.
- MOSCOVICI, Serge (1988), "Notes Towards a Description of Social Representation", *European Journal of Social Psychology*, nº8, pp. 211-250.
- MUCCHIELLI, R. (1980), *La dynamique des groupes*, Paris, Ed. ESF, col. Séminaires de Roger Mucchielli.
- MUCCHIELLI, R. (1980), *La conduite des réunions*, Paris, Ed. ESF, col. Séminaires de Roger Mucchielli.
- MUCCHIELLI, R. (1980), *Communication et réseaux de communications*, Paris, Ed. ESF, col. Séminaires de Roger Mucchielli.
- MUFFELS, R et al. (1990), *Poverty in the Netherlands*, den Haag, Dutch Ministry of Social Affairs and Employment.
- MUFUNE, Pempelani (1988), "Where Modernisation and Dependency Meet: A Comment on Needs Why Poor People Stay Poor", *International Sociology*, vol.3, nº4, pp. 433-435.
- ORTI, A. (1987), "La apertura y el enfoque cualitativo o estructural: la entrevista abierta semidirectiva y la discusión de grupo", *Curso de Formacion sobre Metodologia Qualitativa de Investigacion*, Las Palmas, Colectivo IOE.
- OSCARSON, V. (1993), "Pupils' Explanations of Poverty", *ATEE - 18th Annual Conference*, Lisbon, 5-10 Sept., pp. 1-9
- PERROT, Michelle (1991), "Enjeux et Perspectives", *Démocratie et Pauvreté du Quatrième Ordre au Quart Monde*, Paris, Ed. Quart Monde Albin Michel, pp. 635-645.
- PIACHAUD, David (1987), "Problems in the Definition and Measurement of Poverty", *Journal of Social Policy*, vol.16 Part 2, New York, Cambridge University Press, pp.147-164.
- RAPAPORT, Chanan et al (1984), "Four Models of Poverty" *Mondes en Développement*, Tome 12, nº45, pp. 105-130.
- REMION, G. (1984), "La Pauvreté: En Comprendre Les Causes Pour Mieux La Combattre..." *Revue de L'Action Sociale*, nº 6, pp. 47-61.
- RINGEN, Stein (1988), "Direct and Indirect Measures of Poverty", *Journal of Social Policy*, vol.17, Part 3, New York, Cambridge University Press, pp.351-365.

- SEOANE, Luis et al. (1981), "Teoria y Practica del Grupo de Discusión como Técnica Exploratoria de Discursos Sociales", *Curso de Formacion sobre Metodologia Qualitativa de Investigacion*. Las Palmas, Colectivo IOE.
- SILVA, Manuela et al (1989), *Pobreza Urbana em Portugal*, Lisboa, Cáritas Portuguesa.
- STOLERU, Lionel (1977), *Vaincre la Pauvreté dans les pays riches*, Paris, Flammarion.
- TOWNSEND, Peter (1986), "Paradigms of Poverty: A Comment", *Journal of Social Policy*, vol.15, part 4, New York, Cambridge University Press, pp. 497-498.
- VALA, Jorge (1987), "A análise de conteúdo" in Augusto Silva e José Madureira Pinto (org.) *Metodologia das Ciências Sociais*, Lisboa, Afrontamento, pp. 101-128.
- VALA, Jorge (1993a), "As Representações Sociais no Quadro dos Paradigmas e Metáforas da Psicologia Social", *Análise Social*, vol. XVIII, n.ºs. 123-124, Lisboa, ICS, pp. 887-919.
- VALA, Jorge (1993b), "Representações sociais - para uma Psicologia Social do Pensamento Social" in VALA, Jorge e MONTEIRO, M<sup>a</sup> Benedita (coord.), *Psicologia Social*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- VEIT-WILSON, J.H.(1987), "Consensual Approaches to Poverty Lines and Social Security", *Journal of Social Policy*, vol. 16, part 2, New York, Cambridge University Press, pp.183-211.
- VEIT-WILSON, J.H.(1986), "Paradigms of Poverty: A Reply to Peter Townsend and Hugh Mclachlan", *Journal of Social Policy*, vol.15, part 4, New York, Cambridge University Press, pp. 503-507.
- VOS, K. (1991), *Micro-economic definitions of Poverty*, Roterdão, Universiteits Drukkerij.
- WALKER, Robert (1987), "Consensual Approaches to the Definition of Poverty: Towards an Alternative Methodology", *Journal of Social Policy*, vol.16, part 2, New York, Cambridge University Press, pp.213-226.
- WHITELEY, P. et al (1983), "Influencing Social Policy: The Effectiveness of the Poverty Lobby in Britain", *Journal of Social Policy*, vol.12, Part 1, Jan, New York, Cambridge University Press, pp. 1-26.